

Especialistas classificam novo Bolsa Família como desconjuntado, impossível de executar e amador

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Eles concordam que o programa deve ser constantemente aperfeiçoado para reduzir a vulnerabilidade de famílias brasileiras, sobretudo após a crise provocada pela pandemia de coronavírus, mas chama a atenção deles a complexidade da proposta. A proposta do governo para o Auxílio Brasil, programa substituto do Bolsa Família apresentado nesta segunda-feira (9), foi recebida com preocupação por especialistas em políticas públicas. Eles concordam que o programa deve ser constantemente aperfeiçoado para reduzir a vulnerabilidade de famílias brasileiras, sobretudo após a crise provocada pela pandemia de coronavírus, mas chama a atenção deles a complexidade da proposta. A medida provisória apresentada pelo governo federal inclui benefícios de primeira infância na mesma cesta de auxílio ao esporte escolar e iniciação científica e incentivos de inclusão produtiva. Para Tereza Campello, que foi ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo da presidente Dilma Rousseff (PT), a proposta de Jair Bolsonaro (sem partido) não é de aperfeiçoamento do Bolsa Família, mas de destruição do programa. "O Bolsa Família vem sendo melhorado ao longo dos últimos 18 anos. O que eles estão fazendo é destruir o programa, substituindo a sua essência por algo que nunca foi testado", diz ela. "Não dá para comparar com o programa em 2014 e dizer que ele está sendo ampliado, é preciso comparar com o que está acontecendo agora no Brasil -e são 39 milhões recebendo benefícios do governo federal." Campello acrescenta que a essência do Bolsa Família é ser um programa com foco e de simples entendimento, para facilitar a operacionalização com os municípios. "O governo quer transformar um programa que é simples em algo complicado, desconjuntado e disfuncional." Um dos criadores do Bolsa Família, o hoje superintendente-executivo do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, também faz uma análise dura da forma como o governo tenta mudar o programa. "Na época em que coordenamos o projeto, eram vários programas de transferência e era necessário criar uma lógica que alinhasse todos eles, para mitigar a pobreza e criar um vínculo de mobilidade social", afirma ele. Agora, o especialista avalia que a proposta do governo vai no sentido oposto. "É um empilhar de agendas de quem não entende a complexidade da política social. É um "não programa", impossível de executar. O segredo do Bolsa Família é ser preciso na sua estratégia." Henriques também considera improvável que o governo consiga avaliar a efetividade de políticas públicas tão distintas, como as de primeira infância e de desempenho esportivo, sob um mesmo guarda-chuva. "Novamente, tem um amadorismo nisso que é próprio de quem não entende de política social e acha que empilhar coisas é suficiente para dar conta de vários problemas." Aumentar o orçamento do programa tem um grau de generosidade, que seria bem-vindo, já que a pobreza está mais alta do que antes da pandemia, lembra Marcelo Neri, diretor do FGV Social, na Fundação Getulio Vargas. Ele pondera, no entanto, que o governo federal tenta lançar mão de fontes de financiamento questionáveis -como os recursos para pagamento de precatórios ou de privatizações- e que isso coloca em risco a sustentabilidade para os próximos anos. "Não são fontes sustentáveis. O risco é entregar um reajuste generoso agora, como foi com o auxílio emergencial, mas isso não se manter lá na frente." Neri avalia que o programa vem sendo reajustado coincidindo com anos eleitorais. "Além disso, embora o governo não detalhe o que pretende, as novidades dessa proposta, como a bolsa científica e a de atletas, não devem ser de valores expressivos e nem beneficiar tantas pessoas", afirma. "Em um certo sentido, o programa existia antes do PT, mas a marca ficou mais associada aos governos petistas, e a mudança de nome faz parte da estratégia eleitoral. O que me incomoda é essa instabilidade nas regras e o amadorismo no desenho de algo tão importante para o país." Outro ponto da proposta prevê uma espécie de crédito consignado, em que beneficiários vão poder autorizar o desconto do benefício em

favor de um banco em empréstimos, até o valor de 30% do benefício. Coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV, Lauro Gonzalez teme que isso gere uma onda de endividamento das famílias mais pobres e que seja um desvio de finalidade do programa. "Como boa parte dos beneficiários do Bolsa Família está na informalidade, seria mais interessante ter um programa de microcrédito, que promovesse a formalização ao longo do tempo." Ele também avalia que o microcrédito deveria estar acoplado à parte do programa que trata da inclusão produtiva rural e urbana. Da maneira como está proposto, diz ele, o auxílio de inclusão produtiva para quem comprovar vínculo de emprego formal parece ignorar a situação dos beneficiários. "A maior parte dos beneficiários está em uma situação que os afasta da carteira assinada, seja por morarem em municípios com poucos empregos ou por terem ficado muito tempo na informalidade", diz. Economia As propostas devem ser entregues pessoalmente ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) O governo federal deve entregar nesta segunda-feira (9) ao Congresso a proposta que parcela precatórios para driblar o teto de gastos em 2022, além de uma MP (medida provisória) que cria o Auxílio Brasil --programa que substituirá o Bolsa Família. As propostas devem ser entregues pessoalmente pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pela manhã. De acordo com integrantes do governo ouvidos pela reportagem, a MP do Auxílio Brasil vai trazer o formato do programa, com seus objetivos e diretrizes, mas sem estabelecer valores nem explicitar as fontes orçamentárias. Lançado em meio às incertezas que rondam o Orçamento de 2022, o texto deve condicionar parte do programa à real existência de recursos, abrindo caminho para que certas medidas fiquem apenas no papel. O programa surge no momento em que a classe política pressiona por gastos em diferentes frentes e o espaço disponível no teto de gastos é comprimido pelo avanço da inflação e pelo consequente reajuste de despesas obrigatórias (como aposentadorias). As contas públicas estão no vermelho desde 2014, e a equipe econômica concentrou esforços nos últimos meses para tentar fazer o pagamento médio por família se elevar dos atuais R\$ 190 para algo mais próximo de R\$ 300. O valor caberia, com aperto, no teto de gastos. Mas Bolsonaro e aliados pressionam por mais e citam nos bastidores um possível valor de R\$ 400. Mesmo com as indefinições sobre os números, a proposta do Auxílio Brasil já representa a maior mudança na política do Bolsa Família desde sua criação. O programa criado no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve deixar de existir formalmente após quase 18 anos e ter o arcabouço legal revogado até o fim deste ano. O Auxílio Brasil, no entanto, manterá as premissas do antecessor ao atender famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 89 por pessoa, segundo o padrão atual do governo) e pobreza (entre R\$ 89 e R\$ 178). Haverá três frentes principais para os pagamentos, de acordo com o formato conversado nos últimos dias. Um deles é o benefício Primeira Infância, para famílias com crianças de até três anos. O segundo é o benefício de Composição Familiar, para famílias com gestantes ou pessoas entre 3 e 21 anos. E o terceiro é o benefício de Superação da Extrema Pobreza, voltado somente a famílias em extrema pobreza. Também devem estar presentes no texto do Auxílio Brasil, mas com pagamentos condicionados à existência de recursos, bolsas extras para famílias compostas por atletas adolescentes de destaque em competições esportivas e para estudantes que se sobressaem em eventos científicos. Além disso, há previsão de um vale-creche e um auxílio para produtores rurais. Hoje, o Bolsa Família vai para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham na composição gestantes, mães que amamentam, crianças ou adolescentes até 17 anos. Elogiado por órgãos como a ONU (Organização das Nações Unidas), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, pela equipe econômica de Henrique Meirelles (a primeira pós-PT) e até pelo ministro Paulo Guedes (Economia), o Bolsa Família representou um marco na história do país ao inserir no Orçamento um projeto de larga escala para transferência de renda à população mais vulnerável. Carro-chefe dos programas sociais da era petista, o Bolsa Família é considerado pelo atual ministro da Economia como motivo para o PT ter vencido quatro eleições --e sua reformulação é vista no governo como um meio de elevar a popularidade de Bolsonaro na disputa eleitoral com Lula, que criou o programa. "[O PT] ganhou quatro eleições seguidas merecidamente, porque fez a transferência de renda para os mais frágeis com um bom programa. Um programa que envolvia poucos recursos e que tinha um altíssimo impacto social", disse Guedes em audiência pública na Câmara em maio. "Agora vem a eleição? Nós vamos para o ataque. Vai ter Bolsa Família melhorado, BIP [Bônus de Inclusão Produtiva], o BIQ [Bônus de Incentivo à Qualificação], vai ter uma porção de coisa boa para vocês baterem palma", afirmou o ministro ao jornal Folha de S.Paulo há pouco mais de dois meses. Apesar de Guedes dizer que o programa não vai furar o teto de gastos, os movimentos do governo por mais recursos e o driblar na regra em 2022 com o parcelamento dos precatórios (pagamentos determinados pela Justiça contra o Estado)

em ano eleitoral têm causado desconfiança no mercado. A PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios é justificada por Guedes como uma forma de o teto não ser furado. A medida é lançada após governo e Congresso deixarem de implementar ações para revisão de gastos em outras frentes e é intensificado por um movimento de governistas para ampliar a flexibilização e tirar os precatórios do teto. Guedes disse ter lançado a proposta --às vésperas do Orçamento-- após ter sido surpreendido pela conta dos precatórios em 2022, que deve ser entregue até o fim do mês. A fatura subiu de R\$ 55,4 bilhões em 2021 para R\$ 89,1 bilhões no próximo ano, um crescimento de 60,7% que foi chamado por ele de "meteoro". Apesar disso, órgãos do governo vêm alertando o Ministério da Economia sobre perdas com precatórios meses antes da reta final da proposta de Orçamento --o que indica que a pasta não foi pega tão de surpresa assim. Em março, a AGU (Advocacia-Geral da União) alertou sobre um pagamento de R\$ 8,5 bilhões à Bahia no ano que vem. Em maio, a SOF (Secretaria de Orçamento Federal) alertou que um precatório de R\$ 2,6 bilhões para o Ceará elevaria o risco de "desobediência a normas constitucionais e legais voltadas a uma gestão fiscal responsável, prejudicando o desenvolvimento de outras políticas públicas". Em junho, a SOF fez outro alerta sobre um precatório de R\$ 3,8 bilhões para Pernambuco. Nos três casos, os valores dizem respeito à complementação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).



